

Prova objetiva e discursiva – Nível Superior

ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA DE APOIO ESPECIALIZADO - ESPECIALIDADE - ADMINISTRAÇÃO

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha destinada às respostas das questões objetivas
- um caderno de respostas destinado à redação



TEMPO

- **5 horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e elaboração do texto definitivo da redação
- **1 hora e trinta minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova.
- **1 hora** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala levando o caderno de prova.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas nos espaços reservados
- Marque na folha de respostas o campo relativo à confirmação do tipo/cor de prova, conforme o caderno recebido
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova.
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

Texto 1

Millôr Fernandes, falando sobre o hábito de fumar, disse:

“Enorme percentual de fumantes disposto a continuar fumando, apesar de ameaças de câncer, enfisemas e outras quizílias. O fumo é realmente um vício idiota. Mas os fumantes que persistem em fumar têm um vício ainda mais idiota – a liberdade. Provando que nem só de pão, e de saúde, vive o ser humano. Além do fumo ele aspira também gastar a vida como bem entende. Arruinando determinadamente seu corpo – um ato de loucura – o fumante ultrapassa a pura e simples animalidade da sobrevivência sem graça. Em tempo; eu não fumo”. (*Definitivo*, L&PM editores, Porto Alegre, 1994)

1

O trecho acima (texto 1), em relação ao fumo, defende a seguinte ideia:

- (A) condenação do fumo, como um hábito sem sentido e prejudicial à saúde;
- (B) compreensão pelos que fumam, apesar de ver nesse hábito um vício idiota;
- (C) admiração pelo fumante por ter superado os próprios limites da defesa da sobrevivência;
- (D) crítica aos fumantes pela loucura de arruinarem de forma inconsciente a saúde do corpo;
- (E) louvação ao fumante, por ser ele um defensor da liberdade completa, mesmo atentando contra a própria vida.

2

“Mas os fumantes que persistem em fumar têm um vício ainda mais idiota – a liberdade”.

A forma de reescrever-se essa frase do texto 1 que altera o seu sentido original é:

- (A) Os fumantes, porém, que persistem em fumar têm um vício ainda mais idiota – a liberdade.
- (B) Os fumantes, que persistem em fumar, porém, têm um vício ainda mais idiota – a liberdade.
- (C) Um vício ainda mais idiota – a liberdade – é seguido, porém, pelos fumantes que persistem em fumar.
- (D) Mas os fumantes que persistem em fumar têm na liberdade um vício ainda mais idiota.
- (E) Todavia, os fumantes persistentes em fumar têm ainda um vício ainda mais idiota: a liberdade.

3

Uma das marcas de textualidade é a chamada “intertextualidade”, ou seja, a presença de outros textos; a passagem abaixo em que se alude a outro texto é:

- (A) “Enorme percentual de fumantes disposto a continuar fumando, apesar de ameaças de câncer, enfisemas e outras quizílias.”;
- (B) “Além do fumo ele aspira também gastar a vida como bem entende”;
- (C) “Provando que nem só de pão, e de saúde, vive o ser humano”;
- (D) “Mas os fumantes que persistem em fumar têm um vício ainda mais idiota – a liberdade”;
- (E) “O fumo é realmente um vício idiota”.

4

O trecho do texto 1 em que o termo sublinhado está empregado com uma possibilidade de duplo sentido é:

- (A) “O fumo é realmente um vício idiota”;
- (B) “Em tempo; eu não fumo”;
- (C) “Provando que nem só de pão, e de saúde vive o ser humano”;
- (D) “Arruinando determinadamente seu corpo”;
- (E) “Além do fumo ele aspira também gastar a vida”.

5

A oração “Arruinando determinadamente seu corpo” tem o valor semântico de:

- (A) tempo;
- (B) modo;
- (C) condição;
- (D) finalidade;
- (E) causa.

Texto 2

Em anúncio de uma reportagem no canal Band, foi falado o seguinte trecho: “A Dra. Ana Lucia Beltrame fala quais são as 10 razões para as mulheres pararem de fumar. Entre elas estão o câncer no útero e a menopausa precoce. Além disso, no caso das gestantes, o cigarro pode prejudicar o crescimento do bebê no útero e a chance de ocorrer morte fetal aumenta”.

6

Sobre o anúncio do texto 2, a afirmativa correta é:

- (A) emprega a estratégia do suspense, provocando curiosidade e o aumento do número de espectadores;
- (B) ataca o tabagismo, intimidando os possíveis fumantes, com ameaças à vida e à estética;
- (C) fala de 10 razões para as mulheres deixarem de fumar, mas seleciona aquelas que falam das gestantes;
- (D) o autor do texto, como anuncia algo que ainda vai ocorrer, deveria usar o futuro em lugar do presente;
- (E) apesar de condenar o tabagismo, declara implicitamente que o fumo só prejudica as mulheres.

Texto 3



7

A estratégia argumentativa do texto 3 apela para:

- (A) o medo;
- (B) a sedução;
- (C) a competição;
- (D) o interesse;
- (E) o constrangimento.

8

A única observação INADEQUADA sobre o cartaz da campanha antifumo (texto 3) é:

- (A) a imagem mostra duas etapas de um mesmo rosto;
- (B) o termo HORROR intensifica o problema do envelhecimento da pele;
- (C) a imagem do rosto envelhecido é vista através da transparência de um maço de cigarros;
- (D) a frase PARE DE FUMAR está escrita em maiúsculas para dar mais destaque à mensagem pretendida;
- (E) o telefone informado deve ser utilizado para denúncias de fumantes que prejudiquem sua saúde e o meio ambiente.

Texto 4

“O cigarro é um dos produtos de consumo mais vendidos no mundo. Comanda legiões de compradores leais e tem um mercado em mais rápida expansão. Satisfeitíssimos, os fabricantes orgulham-se de ter lucros impressionantes, influência política e prestígio. O único problema é que seus melhores clientes morrem um a um.

A revista The Economist comenta: “Os cigarros estão entre os produtos de consumo mais lucrativos do mundo. São também os únicos produtos (legais) que, usados como manda o figurino, viciam a maioria dos consumidores e muitas vezes os matam.” Isso dá grandes lucros para a indústria do tabaco, e enormes prejuízos para os clientes.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, dos Estados Unidos, a vida dos fumantes americanos é reduzida, coletivamente, todo ano, em uns cinco milhões de anos, cerca de um minuto de vida a menos para cada minuto gasto fumando. “O fumo mata 420.000 americanos por ano”, diz a revista Newsweek. “Isso equivale a 50 vezes mais mortes do que as causadas pelas drogas ilegais”.

9

O segmento do texto 4 em que a preposição DE é empregada em razão da exigência de algum termo anterior é:

- (A) “O cigarro é um dos produtos DE consumo mais vendidos no mundo”;
- (B) “Comanda legiões DE compradores leais”;
- (C) “os fabricantes orgulham-se DE ter lucros impressionantes”;
- (D) “a vida DOS fumantes americanos é reduzida”;
- (E) “cinco milhões DE anos”.

10

A frase em que o vocábulo MAIS (texto 4) mostra uma classe gramatical diferente das demais é:

- (A) “O cigarro é um dos produtos de consumo mais vendidos no mundo”;
- (B) “Os cigarros estão entre os produtos de consumo mais lucrativos do mundo”;
- (C) “Isso equivale a 50 vezes mais mortes do que as causadas pelas drogas ilegais”;
- (D) “Mas os fumantes que persistem em fumar têm um vício ainda mais idiota”;
- (E) “um mercado em mais rápida expansão”.

11

O segmento do texto 4 que pode ser visto como ironia é:

- (A) “O cigarro é um dos produtos de consumo mais vendidos no mundo”;
- (B) “Comanda legiões de compradores leais e tem um mercado em mais rápida expansão”;
- (C) “Satisfeitíssimos, os fabricantes orgulham-se de ter lucros impressionantes, influência política e prestígio”;
- (D) “O único problema é que seus melhores clientes morrem um a um”;
- (E) “A revista The Economist comenta: “Os cigarros estão entre os produtos de consumo mais lucrativos do mundo”.

Texto 5

“A revista The Economist comenta: “Os cigarros estão entre os produtos de consumo mais lucrativos do mundo. São também os únicos produtos (legais) que, usados como manda o figurino, viciam a maioria dos consumidores e muitas vezes os matam.” Isso dá grandes lucros para a indústria do tabaco, e enormes prejuízos para os clientes”.

12

Um dos erros cometidos nesse segmento do texto 5 é:

- (A) o adjetivo “legais” não deveria vir entre parênteses;
- (B) a oração “usados como manda o figurino” não deveria vir entre vírgulas;
- (C) a forma verbal “viciam” deveria vir no singular;
- (D) o pronome demonstrativo “isso” produz uma ambiguidade inadequada;
- (E) o pronome “os” em “muitas vezes os matam” deveria ser substituído por “a”.

13

O segmento abaixo (texto 5) em que a conjunção E tem valor adversativo, e não aditivo, é:

- (A) “Comanda legiões de compradores leais e tem um mercado em mais rápida expansão”;
- (B) “Satisfeitíssimos, os fabricantes orgulham-se de ter lucros impressionantes, influência política e prestígio”;
- (C) “São também os únicos produtos (legais) que, usados como manda o figurino, viciam a maioria dos consumidores e muitas vezes os matam”;
- (D) “Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças, dos Estados Unidos,..”;
- (E) “Isso dá grandes lucros para a indústria do tabaco, e enormes prejuízos para os clientes”.

14

A frase abaixo que contém, fundamentalmente, uma visão positiva do cigarro é:

- (A) “Cigarros são a forma perfeita de prazer: elegantes e insatisfatórios”;
- (B) “Bebidas, drogas, cigarros, amor, festas, frituras, chocolate... Tudo que me faz mal, geralmente me atrai muito”;
- (C) “Noites de blues, cigarros e poesias não me tornam menos vazio, eu tenho este infinito oco que parece impossível de preencher”;
- (D) “Meu melhor romance foi com uísques e cigarros, amor sincero, ele me mata, e eu gosto”;
- (E) “Algumas pessoas deveriam ser igual cigarros, vir com a foto do mal que elas fazem”.

15

Veja uma antiga propaganda de cigarros:

“Os Flintstones foram apresentados a você por Winston, o cigarro com filtro mais vendido e mais gostoso da América. Winston é gostoso, como um cigarro tem que ser!”.

A afirmativa – retirada de uma tese de mestrado sobre a propaganda de cigarros no Brasil – que se refere diretamente a esta propaganda é:



- (A) podemos observar que o Programa Nacional de Tabagismo, para atingir seu público alvo – jovem não fumante – se apropria dos modelos de comunicação de massa utilizada pela indústria do tabaco;
- (B) as imagens de advertências, em sua evolução utilizam a aversão como estímulo para provocar nos consumidores o efeito de repulsa ao produto;
- (C) a perspectiva de resposta para este tipo de propaganda é a diminuição do tabaco, através da exibição das evidências científicas baseadas na epidemiologia clínica, que mostram os malefícios causados à saúde do indivíduo e da sociedade;
- (D) há a introdução da aversividade na produção das imagens e frases de advertências como novo elemento das campanhas de prevenção ao tabagismo no Brasil;
- (E) a propaganda procura apresentar modelos a imitar, utilizando pessoas de prestígio social e cultural, cujas imagens estejam ligadas ao sucesso profissional.

Texto 6

O FUMO NÃO PRODUZ CÂNCER

Os cientistas soviéticos afirmam que chegaram à conclusão de que não há nenhuma relação entre o tabagismo e o câncer. Informam que depois de minuciosas experiências com aplicação de tabaco nos lábios e na pele de ratos, não conseguiram produzir o câncer. 'É possível, contudo, esclarecem, que o nosso tabaco georgiano não contenha cancerígenos'.

Os norte-americanos, entretanto, na pessoa do Dr. Cuyler Hammond, diretor de Pesquisas Estatísticas da Sociedade Americana de Câncer e professor de biometria da Universidade de Yale, declaram que o cigarro é responsável por numerosos casos de câncer, nos Estados Unidos. [...] 'O Estudo não deixou dúvida alguma – prossegue – que o tipo de câncer que mais aumenta nos Estados Unidos, o câncer de pulmão masculino, é mais comum entre os fumantes do que entre os não fumantes'[...] (IV Congresso Internacional do Câncer)

16

Os dois trechos do texto 6 acima mostram:

- (A) posições opostas diante do tabagismo, mas reveladoras de interesses comerciais nacionais;
- (B) posições de caráter científico, que abordam sob pontos de vista diferentes a relação entre câncer e tabagismo;
- (C) posições semelhantes, já que ambas se fundamentam em pesquisas científicas;
- (D) uma relativização nas afirmações de que as relações entre câncer e tabagismo estão definitivamente estabelecidas;
- (E) posições opostas, mas de valorização do conhecimento científico.

17

O título dado ao texto 6 – O fumo não produz câncer – mostra:

- (A) uma ironia sobre o tema, já que está cientificamente estabelecida essa relação;
- (B) uma afirmação que só se liga ao primeiro dos textos, já que os americanos demonstram essa relação;
- (C) a defesa de interesses da classe médica, pois a relação aumenta substancialmente o número de atendimentos;
- (D) o ponto de vista da ciência em geral em épocas passadas;
- (E) uma posição de parte dos cientistas americanos, filiados à indústria do tabaco.

18

'É possível, contudo, esclarecem, que o nosso tabaco georgiano não contenha cancerígenos'.

Essa afirmação dos cientistas russos (texto 6):

- (A) contraria a pesquisa americana;
- (B) apoia as conclusões dos americanos;
- (C) faz uma ressalva sobre o resultado da pesquisa russa;
- (D) destaca a superioridade da ciência russa;
- (E) critica a péssima qualidade do fumo russo.

19

As características do discurso científico desses dois trechos do texto 6 só NÃO incluem:

- (A) informações sobre as conclusões das pesquisas;
- (B) qualificação de alguns cientistas responsáveis pelos estudos;
- (C) detalhamento de alguns processos da pesquisa;
- (D) afirmações no nível de certezas e não de opiniões;
- (E) quantificação de dados das pesquisas.

20

Estão sublinhadas nos trechos do texto 6 cinco ocorrências do vocábulo QUE; aquele que possui uma classe diferente das demais é:

- (A) "que chegaram à conclusão";
- (B) "que depois de minuciosas experiências";
- (C) "que o nosso tabaco georgiano";
- (D) "que o cigarro é responsável";
- (E) "que mais aumenta nos Estados Unidos".

Legislação Específica

21

Rafael, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, foi demitido. Inconformado, ajuizou ação judicial e obteve a anulação de sua demissão, porque não foram observados o contraditório e a ampla defesa no curso do processo administrativo disciplinar. O retorno de Rafael ao cargo efetivo de origem, por força de decisão judicial transitada em julgado, é conhecido como:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) readaptação;
- (E) recolocação.

22

Em matéria de licença ao servidor, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei nº 6.677/94) dispõe que a licença:

- (A) por motivo de afastamento do cônjuge poderá ser concedida para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor estadual, que for deslocado para outro ponto do Estado ou do país, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, e será com remuneração;
- (B) para prestar o serviço militar obrigatório, na forma e nas condições previstas na legislação específica, será com remuneração integral e, concluído o serviço militar obrigatório, o servidor terá até quinze dias para reassumir o exercício do cargo;
- (C) por motivo de doença em pessoa da família será concedida com remuneração integral, até três meses; com dois terços da remuneração, quando exceder a três e não ultrapassar seis meses; e com um terço da remuneração, quando exceder a seis e não ultrapassar doze meses;
- (D) prêmio por assiduidade consistirá em um mês a cada período de três anos de exercício efetivo e ininterrupto, sem prejuízo da remuneração, e considera-se efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor em qualquer esfera administrativa, desde que sob o regime estatutário;
- (E) para tratar de interesse particular será concedida, a critério da administração, pelo prazo de dois anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável a requerimento do interessado, conforme discricionariedade da Administração, por sucessivos períodos.

23

José, servidor estadual ocupante de cargo efetivo, fazia questão de, livre e conscientemente, inobservar freios inibitórios mínimos e, em seu setor de trabalho, agir com incontinência pública e conduta escandalosa, além de praticar insubordinação grave no serviço. Consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, José está sujeito à pena disciplinar de:

- (A) advertência;
- (B) censura e multa;
- (C) suspensão até noventa dias;
- (D) demissão;
- (E) exoneração.

24

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei nº 6.677/94), é dever do servidor:

- (A) cumprir as ordens superiores, inclusive as manifestamente ilegais, caso em que ficará isento de responsabilidade;
- (B) atender com presteza ao público em geral, prestando as informações requeridas, vedada qualquer alegação de sigilo;
- (C) zelar pela economia de material e pela conservação do patrimônio público;
- (D) opor resistência injustificada à tramitação de processo ou exceção do serviço;
- (E) ser assíduo e pontual ao serviço, vedado comparecer à repartição em horário extraordinário, mesmo se convocado.

25

Determinado magistrado titular de Vara Criminal vem sofrendo ameaças em razão de sua atuação firme em processos penais, cujos réus são perigosos milicianos. De acordo com o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça, aprovado pela Resolução nº 05/2013, o órgão destinado a prestar assessoramento direto à Presidência do Tribunal de Justiça nos assuntos de segurança, de natureza institucional, ao qual compete prover a segurança de magistrados e servidores, sob risco decorrente do exercício de suas funções, é a:

- (A) Assistência Corporativa;
- (B) Assistência Militar;
- (C) Coordenadoria de Segurança;
- (D) Controladoria de Inteligência;
- (E) Controladoria de Segurança.

26

Consoante dispõe o Regimento dos Órgãos Auxiliares e de Apoio Técnico Administrativo da Justiça (Resolução nº 05/2013), a Controladoria do Judiciário é o órgão central de controle interno do Poder Judiciário do Estado da Bahia, competindo-lhe:

- (A) examinar e aprovar as minutas de editais de licitação, bem como de contratos, convênios, portarias, resoluções ou quaisquer peças que envolvam matéria jurídica, que lhe forem solicitadas;
- (B) desenvolver e implementar cursos no nível de pós graduação *stricto sensu*, *lato sensu* e de extensão, com universidades, centros culturais e de pesquisa, públicos ou privados, observada a legislação pertinente;
- (C) decidir sobre alteração do valor de contribuição sobre os proventos de aposentadoria e dos valores recebidos a título de pensão, quando o beneficiário for portador de doença incapacitante;
- (D) aprovar ou rejeitar projeto de lei dispendo sobre a gestão orçamentária, financeira, patrimonial, atuarial, contábil e operacional do Tribunal, quanto à legalidade, economicidade, eficiência e eficácia;
- (E) fiscalizar a arrecadação e o recolhimento das custas, taxas, emolumentos e outras receitas pertencentes ao Poder Judiciário, originárias dos serviços judiciais, notariais e de registro, delegados ou oficializados.

27

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, compete ao Corregedor-Geral da Justiça:

- (A) propor ao presidente do Tribunal de Justiça a realização de concursos para provimento de cargos de servidores;
- (B) apresentar, anualmente, na primeira sessão ordinária do Tribunal Pleno, relatório circunstanciado das atividades do Poder Judiciário;
- (C) proferir voto de qualidade, quando houver empate nos julgamentos de que não participou, se a solução deste não estiver de outro modo regulada;
- (D) designar comissões de concurso para admissão de servidores da Secretaria do Tribunal, incumbindo-lhes elaborar os regulamentos dos respectivos certames;
- (E) responder à consulta sobre a interpretação do Regimento Interno, submetendo-a à apreciação do Tribunal Pleno.

28

Sobre a composição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, seu Regimento Interno dispõe que há:

- (A) uma Seção Cível e uma Seção Criminal, cinco Câmaras Cíveis (duas de Direito Público e três de Direito Privado), e cinco Câmaras Criminais;
- (B) dez Câmaras, cada uma funcionando com três Turmas, numeradas ordinalmente, com três Desembargadores cada;
- (C) uma Seção Criminal, que é integrada por sete Câmaras Criminais, numeradas ordinalmente, com cinco Desembargadores cada;
- (D) duas Seções Cíveis, uma das quais especializada em Direito Público e a outra em Direito Privado, e uma Seção Criminal;
- (E) uma Seção Cível e uma Seção Criminal, sendo que cada Turma é composta de cinco Desembargadores.

29

Consoante determina o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, sempre que tiver conhecimento de desobediência à ordem emanada do Tribunal ou de seus Desembargadores, no exercício da função, ou de desacato ao Tribunal ou a seus Desembargadores, o Presidente comunicará o fato, devidamente instruído dos elementos de que dispuser para a propositura da ação penal, ao:

- (A) Procurador-Geral de Justiça;
- (B) Procurador-Geral do Município;
- (C) Defensor Público-Geral do Estado;
- (D) Corregedor-Geral da Justiça;
- (E) Governador do Estado.

30

No capítulo sobre distribuição, o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia prevê que:

- (A) distribuir-se-ão, prioritariamente, os recursos relacionados às Varas de Família e às Varas da Infância e Juventude, bem como os processos com réus presos;
- (B) a distribuição será efetuada por processamento eletrônico, mediante sorteio aleatório e uniforme em cada classe, no decorrer de todo o expediente do Tribunal, no ato da apresentação do recurso;
- (C) se o Relator sorteado estiver eventualmente ausente, os autos contendo matérias urgentes serão conclusos ao Presidente do Tribunal para apreciação, cabendo-lhe examinar preliminarmente a urgência;
- (D) para tornar efetiva a adoção do sistema de computação eletrônica dos feitos, o Corregedor-Geral da Justiça baixará os atos necessários à rotina dos trabalhos;
- (E) os feitos, numerados em ordem decrescente, serão distribuídos na forma determinada pelo Conselho Nacional de Justiça, entre todos os Desembargadores, exceto os licenciados por até 30 (trinta) dias.

31

De acordo com a Lei Estadual nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, aos Juízes das Varas de Família compete processar e julgar:

- (A) as causas que se refiram aos Registros Públicos e exercer as atribuições jurisdicionais conferidas aos Juízes de Direito pela legislação concernente aos Serviços Notariais e de Registro;
- (B) os inventários e arrolamentos, as causas relativas à herança ou sucessão legítima e testamentária, bem como doações, usufrutos e fideicomissos, quando relacionados com a sucessão;
- (C) as ações de prestação de contas de tutores, curadores, testamentários, inventariantes e demais administradores de bens sujeitos à sua jurisdição;
- (D) as ações de suspensão e extinção do poder familiar e as de emancipação, salvo em relação à criança ou ao adolescente em situação de risco;
- (E) as ações cíveis fundadas em interesses individuais, coletivos e difusos afetos à criança e ao adolescente, observado o disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA).

32

Em matéria de revisão do processo administrativo disciplinar, segundo dispõe a Lei nº 10.845, de 27 de novembro de 2007 (Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia), é correto afirmar que o processo disciplinar poderá ser revisto:

- (A) a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, desde que o requerente apresente prova pré-constituída do alegado, pois não é possível nova produção probatória;
- (B) no prazo de cinco anos após a aplicação da sanção disciplinar, somente a pedido do interessado, sendo vedado que terceiro o faça, ainda que em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor;
- (C) a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias não apreciadas, suscetíveis a justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada;
- (D) no prazo de cinco anos após a aplicação da sanção disciplinar, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou se alegar injustiça da penalidade imposta;
- (E) no prazo de cinco anos após a aplicação da sanção disciplinar, quando se aduzirem fatos novos não apreciados, sendo possível, contudo, resultar agravamento da penalidade, caso as novas provas o demandem.

33

Consoante estabelece a Lei Estadual nº 10.845/2007, que dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, assinale a alternativa mais completa que elenca os órgãos de correição do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia:

- (A) Corregedorias da Justiça e Controladorias de Justiça;
- (B) Corregedorias da Justiça e Conselho da Magistratura;
- (C) Tribunal Pleno, Conselho da Magistratura, Corregedorias da Justiça e Juízes de Direito e Substitutos;
- (D) Conselho Nacional de Justiça e Corregedorias da Justiça;
- (E) Conselho Nacional de Justiça, Corregedorias da Justiça e Conselho da Magistratura.

Noções de Informática

34

João pretende preparar uma planilha em Excel que contenha, nas dez primeiras células da primeira linha, a partir da esquerda, os números

0 1 1 2 3 5 8 13 21 34

Sabendo-se que João está trabalhando com as opções usuais do Excel, ele deve:

- (A) digitar "0" na célula A1, digitar "1" na célula B1, digitar "=A+B" na célula C1, selecionar e copiar a célula C1, colar o que foi copiado nas células D1 até J1;
- (B) digitar "0" na célula A1, digitar "=A1+1" na célula B1, selecionar e copiar a célula B1, colar o que foi copiado nas células C1 até J1;
- (C) digitar "0" na célula A1, digitar "1" na célula A2, digitar "=A1+A2" na célula A3, selecionar e copiar a célula A3, colar o que foi copiado nas células A4 até A10;
- (D) digitar "0" na célula A1, digitar "1" na célula B1, digitar "=A1+B1" na célula C1, selecionar e copiar a célula C1, colar o que foi copiado nas células D1 até J1;
- (E) digitar "0" na célula A1, digitar "=A1+1" na célula B1, digitar "=A1+B1" na célula C1, selecionar as células C2 e C3, copiar a seleção, colar o que foi copiado nas células C4 até C10.

35

Considere uma planilha do LibreOffice Calc, contendo os dados sobre um campeonato de futebol, ilustrada a seguir.

	A	B	C
1	Time	Pontos	Número de vitórias
2	ABC	28	7
3	CBD	30	7
4	XYZ	30	8
5	KKK	37	10
6	UVA	20	6
7	XXX	21	5

Sabe-se que o primeiro critério de classificação na tabela é o número de pontos, e que o número de vitórias é um critério de desempate, do maior para o menor nos dois casos.

Para mostrar os times do primeiro para o último classificado, de cima para baixo, deve-se, no Calc, selecionar a região A2 até C7, usar a combinação de menus "Dados/Classificar" e, na tela que detalha a ordenação, usar como Chaves de Classificação 1, 2 e 3, respectivamente:

- (A) Coluna B (decrecente), Coluna C (crescente), (indefinido);
- (B) (indefinido); Coluna B (decrecente), Coluna C (decrecente);
- (C) Coluna B (decrecente), Coluna C (decrecente), (indefinido);
- (D) Coluna B (crescente), Coluna C (decrecente), (indefinido);
- (E) (indefinido); Coluna C (decrecente), Coluna B (decrecente).

36

Analise as afirmativas a respeito da produção e edição de arquivos no formato PDF nos aplicativos MS Word 2010 e LibreOffice Writer 4.2.

- I. No Writer, a gravação de um documento no formato PDF pode ser efetuada a partir da combinação de menus "Arquivo/Exportar".
- II. No MS Word, a opção "Salvar como...", sob a guia "Arquivo", permite a gravação de um documento no formato PDF.
- III. Com o Writer é possível abrir um documento no formato PDF, gravado no MS Word, editá-lo no mesmo ambiente e gravá-lo no formato ".odt".

Está correto o que se afirma em:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente I e II;
- (D) somente I e III;
- (E) I, II e III.

37

A uma taxa de transmissão regular e constante de 4 Mbps, a transferência de um arquivo de 6 GB toma o tempo aproximado de:

- (A) 25 minutos;
- (B) 50 minutos;
- (C) 100 minutos;
- (D) 200 minutos;
- (E) 400 minutos.

38

João abriu uma nova planilha no MS Excel 2010 e imediatamente formatou as células A1, A2 e A3 com a opção “14/3/01 13:30” do formato “Data” do formulário “Formatar células”.

A seguir digitou nessas células, na ordem, os números a seguir.

42315
42315,5
42320

Os valores que passaram a ser exibidos pela planilha são mostrados abaixo.

	A
1	7/11/15 0:00
2	7/11/15 12:00
3	12/11/15 0:00

Se João tivesse digitado o número 42312,75 na célula A1, o valor exibido seria:

- (A) 4/11/15 18:00
- (B) 7/11/15 09:00
- (C) 4/11/15 09:00
- (D) 4/11/12 00:00
- (E) 7/8/15 18:00

39

Joana usou o comando “Excluir”, por meio do Windows Explorer, para deletar três arquivos, F1, F2 e F3. F1 estava gravado numa pasta de rede (localizada em outro computador), F2 num pen drive e F3 na pasta local “Meus documentos”. Assim que completou o comando, Joana percebeu que havia cometido um engano e abriu a “Lixeira” do Windows, no seu computador, para tentar recuperar os arquivos. Lá ela encontrou:

- (A) apenas o arquivo F1;
- (B) apenas os arquivos F1 e F2;
- (C) apenas o arquivo F3;
- (D) apenas os arquivos F1 e F3;
- (E) os três arquivos.

40

Joana quer localizar a página de formatura da sua amiga Natália Souza e Silva. Joana sabe que, na lista publicada na Internet, aparecem os nomes completos dos alunos, e tem certeza de que a lista está indexada pelo Google, pois seus amigos já realizaram outras buscas na mesma lista. O texto de busca que Joana NÃO deve usar para localizar Natália é:

- (A) natalia souza e silva
- (B) Natalia Souza e Silva
- (C) natalia souza silva
- (D) “natalia souza silva”
- (E) Silva Souza Natalia

Conhecimentos Específicos**41**

Com o intuito de atrair um maior número de associados, a academia PesoLeve decide construir uma piscina em suas dependências. Para a execução do projeto, ela contrata uma construtora especializada em piscinas e obras em parques aquáticos. Considerando a situação em que o projeto se insere, dizer que o termo de abertura foi aprovado significa que:

- (A) o projeto foi oficialmente finalizado e a piscina pode ser utilizada pelos associados;
- (B) o contrato entre a academia e a construtora foi rescindido de forma amistosa;
- (C) o projeto e seus detalhes foram autorizados formalmente;
- (D) alterações incrementais nos planos do projeto foram aprovadas;
- (E) a equipe de trabalho deverá ser constituída para a abertura das deliberações sobre orçamento e cronograma.

42

Um clube de futebol do Rio de Janeiro percebe que sua lucratividade está caindo em decorrência do prejuízo gerado por alguns de seus setores, como o time de vôlei e o de natação. Mas como todos os outros clubes grandes do Rio de Janeiro possuem esses setores, ele decide mantê-los.

Essa atitude poderia ser explicada à luz da seguinte teoria:

- (A) gestão por comparação;
- (B) patrimonialismo;
- (C) administração seletiva;
- (D) institucionalismo;
- (E) convencionalismo.

43

Um gerente descreve seus planos para os funcionários e apresenta as instruções sobre como executá-los em função dos objetivos da empresa. Considerando as funções clássicas da administração, pode-se dizer que ele está:

- (A) planejando;
- (B) dirigindo;
- (C) controlando;
- (D) motivando;
- (E) supervisionando.

44

Os donos de uma pequena empresa de sapatos decidem, após um ano de funcionamento, elaborar declaração de missão da companhia. Para a tarefa é designado Mario, gerente de produção e funcionário mais antigo. Para cumprir sua tarefa, ele deverá debater o conteúdo da declaração com os gestores e colegas e definir:

- (A) o que a empresa se propõe a contribuir para a sociedade;
- (B) como a empresa planeja ser no futuro;
- (C) os valores básicos e princípios éticos da empresa;
- (D) a responsabilidade socioambiental da empresa;
- (E) as atividades praticadas pela empresa além das operacionais.

45

Uma empresa americana de grande porte do setor de varejo, a Giga S.A., que já possui unidades em diversos países, está pensando em expandir suas operações para a Índia. Para acelerar o processo de entrada no mercado desse país, porém, ela decide comprar uma rede de varejo local, a Guru S.A.. Ao negociar essa compra, a Giga S.A. oferece um preço inferior à avaliação de mercado apresentada pela empresa, e ameaça, caso sua proposta não seja aceita, praticar uma política de preços baixos que a Guru S.A. dificilmente conseguirá acompanhar.

Esse é um exemplo de negociação:

- (A) distributiva;
- (B) integrativa;
- (C) taxativa;
- (D) oligopólica;
- (E) marginal.

46

Em uma empresa de refrigerantes, a remuneração dos funcionários é constituída de duas partes, sendo uma paga por meio de depósito bancário e definida com base no cargo ocupado, e a outra, composta por benefícios, como auxílio-refeição, auxílio-transporte, seguro de saúde e plano odontológico, igual para todos os funcionários.

Os benefícios fornecidos pela empresa se enquadram na remuneração:

- (A) variável;
- (B) indireta;
- (C) por competência;
- (D) ativa;
- (E) circunstancial.

47

São várias as modalidades de equipes de trabalho. A equipe de risco é aquela constituída por:

- (A) pessoas que executam tarefas similares, em uma mesma unidade organizacional, com poucas funções bem definidas;
- (B) especialistas de diferentes áreas com o intuito de desenvolver uma atividade específica sem relação com a estratégia da empresa;
- (C) funcionários que participam de equipes diferentes e que executam um rodízio periódico de seus integrantes;
- (D) diretores de cada departamento que trabalham em conjunto para decidir o plano tático da organização;
- (E) funcionários com foco em novos empreendimentos e com autonomia para gerir seu orçamento e alcançar resultados.

48

O dono de um restaurante visa aprimorar a sua cadeia de valor por meio de mudanças nas atividades primárias. Essas mudanças poderão ser realizadas por meio de:

- (A) downsizing nos setores de maior eficiência;
- (B) benchmarking em uma concorrente com dificuldades financeiras;
- (C) investimento em propagandas online;
- (D) promoção de maior autonomia para seus funcionários;
- (E) maior empowerment de seus clientes.

49

O modelo utilizado em uma organização para representar a estrutura formal dos cargos e relações hierárquicas é:

- (A) matriz SWOT;
- (B) diagrama de Pareto;
- (C) PDCA;
- (D) organograma;
- (E) pirâmide de Maslow.

50

Ao decidir abrir uma subsidiária em outro país, ou adquirir outras empresas, um executivo pode estar motivado apenas pelo próprio interesse de ampliar o tamanho de sua empresa e o volume de recursos sob seu controle, contrariando os interesses dos acionistas de maximizar o valor das ações e a lucratividade. Esse evento, descrito na teoria de custos de transação como oportunismo gerencial, pode ser definido como:

- (A) manipulação de assimetrias de informação para apropriação de fluxo de lucros;
- (B) uso de recursos da organização em projetos desnecessários;
- (C) apropriação ilegal de fluxo de caixa em projetos particulares;
- (D) divergência na escolha racional entre principal e agente;
- (E) conflito entre indivíduos decorrente da racionalidade limitada.

51

O problema recente da falta de água que ameaça algumas grandes cidades da região Sudeste pode ser analisado sob a ótica da teoria da ação coletiva, desenvolvida principalmente por Mancur Olson. As políticas de redução voluntária do consumo individual de água podem ser vistas pela perspectiva da decisão de um indivíduo racional frente à obtenção de um benefício coletivo, e sua propensão a contribuir para um resultado que beneficiará a todos os envolvidos, independentemente da participação individual. Com base nessa teoria, é correto afirmar que:

- (A) em grupos pequenos os indivíduos tendem a uma menor adesão a essas políticas, pois há pouca divulgação e reconhecimento do esforço;
- (B) em grupos grandes os indivíduos tendem a uma menor adesão a essas políticas, pois o benefício é mais diluído e não compensa os custos de participação;
- (C) em grupos homogêneos de indivíduos, em termos de renda, há uma menor adesão a essas políticas pela não percepção de injustiças sociais e iniquidades;
- (D) em grupos heterogêneos de indivíduos, em termos de renda, há uma menor adesão a essas políticas pelas diferenças culturais;
- (E) não há relação entre o nível de adesão a essas políticas e as características dos grupos de tamanho ou renda.

52

Enquanto alguns dicionários sequer incluem a palavra privatização em suas páginas, no cotidiano da vida pública essa palavra está cada vez mais em alta. Trata-se de um conceito amplo, que abrange todas as medidas adotadas para diminuir o tamanho do Estado, dentre elas a celebração de acordos de variados tipos para buscar a colaboração do setor privado, como, por exemplo, os convênios e os contratos de obras e prestação de serviços.

Essa medida é conhecida como:

- (A) desregulação;
- (B) desmonopolização;
- (C) desnacionalização;
- (D) concessão de serviços públicos;
- (E) contracting out ou terceirização.

53

São objetos atribuídos à concessão, na Administração Pública: a delegação da execução de um serviço público ao particular; a delegação da execução de obra pública; a utilização de bem público por particular com ou sem possibilidade de exploração comercial; e a concessão para prestação de serviços à Administração, acompanhada ou não da execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Essas modalidades enquadram-se em duas grandes categorias, sendo a concessão translativa aquela na qual:

- (A) o Estado delega ao concessionário a execução de um serviço ou obra que seriam de sua atribuição, ou seja, é uma parcela de poderes, direitos, vantagens ou utilidades que se destacam da Administração e se transferem ao concessionário;
- (B) o Estado consente que o particular se utilize de parcela de bem público, mas o direito que o concessionário vai exercer sobre o bem é de natureza diversa daquele que o concedente exerce sobre o mesmo bem, sendo que uma pequena parcela do bem é destinada ao uso privativo do concessionário;
- (C) o concedente delega ao concessionário poderes para utilizar ou explorar bem público, mas os atribui em qualidade inferior e quantidade menor dos que os tem, relativos à exploração de jazidas e fontes minerais, à utilização de terrenos nos cemitérios como túmulos de família, à instalação de indústrias de pesca às margens dos rios;
- (D) com base em um poder mais amplo, o Estado constitui, em favor do concessionário, um poder menos amplo, como o que ocorre no caso de concessão de uso de bem público, em suas várias modalidades;
- (E) os direitos ou poderes derivam do ato de concessão, ao contrário da categoria denominada constitutiva, onde os direitos e poderes transferidos preexistem na entidade concedente.

54

A gestão social de políticas públicas é o conjunto de processos sociais em que a ação gerencial se desenvolve por meio da interação negociada entre os atores sociais. O processo democrático exige cada vez mais a participação dos vários segmentos da sociedade – governo, iniciativa privada, sociedade civil organizada e a própria população.

Todos os cidadãos têm direitos constitucionais a determinados serviços públicos, principalmente, à saúde, à educação e à promoção social. O Estado pode intervir na sociedade através de diferentes formas ideológicas, incorporando os direitos sociais. A forma que parece mais adequada ao conceito de gestão social é a Universalista, que:

- (A) tem como ideologia a regulação do mercado de trabalho, fazendo com que as pessoas se associem a organizações de assistência social, sendo gerida e financiada por capitalistas, protegendo o mercado de trabalho. Além disso, não se circunscreve apenas ao universo dos trabalhadores – empregadores e Estado também participam;
- (B) pretende elevar determinados segmentos da população da condição de meros recebedores dos favores do Estado, dando assistência aos mais necessitados;
- (C) presta assistência social a todos, independente de seus direitos à proteção, classe social e colocação no mercado de trabalho, pressupondo o fortalecimento dos laços de solidariedade e a participação efetiva não só do Estado, mas também de segmentos organizados da sociedade no financiamento, formulação, implementação e avaliação da política pública;
- (D) tem como características ser suprida pelo Estado e, também, por entidades religiosas, obras de caridade e entidades sem fins lucrativos; atingir somente determinados segmentos da população, mitigando suas necessidades; e ser uma dádiva, uma concessão, uma esmola, já que não há reivindicação;
- (E) assume como premissa que todos os membros da sociedade estão engajados no mercado de trabalho, o que dificulta o seu processo de implementação.

55

A gestão de uma política pública engloba três fases, o planejamento, a implementação e a avaliação. Define-se avaliação como a mensuração e análise dos efeitos produzidos na sociedade pelas políticas públicas, especialmente no que se refere às realizações obtidas e às consequências previstas e não previstas, desejadas ou indesejadas, diretas ou indiretas, induzidas a curto ou longo prazo e que, em função de critérios bem definidos, acrescenta um juízo de valor sobre seus efeitos. Diferentes critérios podem ser utilizados para distinguir diversos tipos de avaliação, sendo um deles o agente avaliador.

O método de avaliação em que representantes de organismos e partes interessadas (incluindo os beneficiários) trabalham juntos no desenho, execução e interpretação é a avaliação:

- (A) externa;
- (B) participativa;
- (C) independente;
- (D) interna;
- (E) mista.

56

A Lei nº 9.790/99 surgiu para disciplinar as entidades que denominou de OSCIP, instituindo-se um novo regime de parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. Essa Lei foi elaborada com o principal objetivo de fortalecer o Terceiro Setor, que constitui hoje uma orientação estratégica em virtude da sua capacidade de:

- (A) definir as cláusulas necessárias do protocolo de intenções, como a denominação, a finalidade, o prazo de duração, a sede, a identificação dos entes da Federação consorciados etc.;
- (B) melhorar a distribuição dos bens ou serviços, através da descentralização territorial, além de garantir qualidade uniforme de um produto ou serviço, com marca e método já experimentados e aprovados;
- (C) qualificar as organizações voltadas para um círculo restrito de sócios ou que estão ou deveriam estar voltadas a outras legislações, como as instituições religiosas ou aquelas voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais;
- (D) gerar projetos, assumir responsabilidades, empreender iniciativas e mobilizar pessoas e recursos necessários ao desenvolvimento social do país;
- (E) formalizar a parceria entre entidade privada e Poder Público através de contrato de gestão, além de exigir a participação de agentes do Poder Público na estrutura da entidade.

57

A governança corporativa compreende um conjunto de elementos interdependentes, configurados em estruturas internas a uma determinada organização a fim de guiar a tomada de decisão gerencial.

No modelo gerencial aplicado à administração pública, elementos novos são incluídos nessa estrutura com o objetivo de: aumentar a eficiência de seus mecanismos; clarificar a ligação entre os tomadores de decisão e os resultados de suas ações; e, principalmente, descentralizar a capacidade de gestão. Esses mecanismos estão intimamente conectados à busca por maior flexibilidade na ação estatal. Entre os obstáculos encontrados na aplicação desses objetivos, é possível destacar:

- (A) rigidez das estruturas burocráticas, que impedem a inclusão de novos mecanismos em sua organização;
- (B) problemas de coordenação e incoerência entre a formulação e a implementação de políticas públicas;
- (C) coordenação centralizada na formulação e na implementação de políticas públicas;
- (D) ambiguidade das estruturas burocráticas, que dificultam o controle sobre o processo de tomada de decisão;
- (E) desinteresse político na inclusão desses elementos, em virtude dos custos elevados de fiscalização e controle das estruturas.

58

Incorporar elementos de sustentabilidade que garantam o respeito ao meio ambiente no fornecimento do bem ou serviço licitado é parte da função do administrador público.

A licitação é o instrumento do poder público que permite analisar e avaliar comparativamente as ofertas, com a finalidade de julgá-las e decidir qual será a mais favorável e compatível com o interesse público. Diversos critérios são utilizados na avaliação de propostas e na escolha do vencedor do processo.

Atualmente tem sido grande a preocupação do interesse público com a sustentabilidade de projetos para o fornecimento de bens e serviços, o que se reflete na inclusão de elementos ligados à proteção ambiental nos critérios de avaliação.

Assim o processo de licitação pode prezar um projeto mais custoso que apresente elementos de sustentabilidade e proteção ambiental, levando em consideração o seguinte critério:

- (A) técnico;
- (B) orçamentário;
- (C) menor tempo de concessão;
- (D) número de empregos gerados;
- (E) impacto ambiental controlado.

59

Da análise do texto constitucional, extrai-se que as empresas públicas e as sociedades de economia mista têm em comum o fato de que:

- (A) integram a Administração Direta e seus funcionários são chamados de estatutários;
- (B) suas instituições somente podem ser autorizadas por lei específica;
- (C) não se aplica a proibição constitucional de acumulação de cargos públicos a seu pessoal;
- (D) não estão subordinadas ao regime da Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93);
- (E) possuem personalidade jurídica de direito público e integram a Administração Indireta.

60

Os princípios administrativos implícitos são diretrizes que orientam a Administração Pública, como regras gerais de proceder, reconhecidas pela doutrina e pela jurisprudência. Nesse contexto, destaca-se o princípio da:

- (A) supremacia do interesse público, segundo o qual os direitos individuais dos cidadãos isoladamente considerados devem prevalecer sobre os interesses da coletividade;
- (B) autotutela, segundo o qual a Administração Pública exerce o controle sobre os seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos, independentemente de recurso ao Poder Judiciário;
- (C) indisponibilidade, segundo o qual os bens e interesses públicos pertencem à Administração Pública e a seus agentes, que têm a livre disposição sobre eles;
- (D) moralidade, segundo o qual os agentes administrativos devem agir com improbidade administrativa, com escopo de observar a necessária impessoalidade na prática do ato, para se atingir o interesse público;
- (E) eficiência, segundo o qual os agentes administrativos são obrigados a utilizar moderna tecnologia e métodos mais eficazes do que aqueles disponíveis na iniciativa privada, com o objetivo de atingir o interesse público.

61

Em matéria de ato administrativo, é correto afirmar que a convalidação do ato:

- (A) produz efeitos apenas *ex nunc*, ou seja, a partir do momento em que o vício foi sanado, não podendo retroagir em seus efeitos ao momento em que foi praticado o ato originariamente;
- (B) é o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis ou sanáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte;
- (C) ocorre quando a autoridade competente ratifica um ato praticado indevidamente por agente administrativo sem poderes para tal, aproveitando necessariamente todo o ato;
- (D) pressupõe a retificação de vícios sanáveis e necessariamente ocorre sobre todo o ato, não podendo ocorrer convalidação parcial, hipótese em que somente caberia a invalidação do ato e edição de um novo;
- (E) pode recair sobre todo e qualquer vício do ato, desde que seja realizada por autoridade competente, no regular exercício de seu poder discricionário.

62

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, é hipótese de inexigibilidade de licitação:

- (A) as compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia;
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;
- (C) a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;
- (D) os casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços e outros bens públicos;
- (E) quando a União, Estados, Municípios ou Distrito Federal tiverem que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.

63

Francisco, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, elegeu-se Prefeito. De acordo com as disposições constitucionais sobre sua situação funcional, é correto afirmar que Francisco:

- (A) poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, desde que haja compatibilidade de horários, auferindo, nesse caso, ambas as remunerações;
- (B) será afastado do cargo efetivo, mas, para efeito de benefício previdenciário, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;
- (C) será afastado do cargo efetivo e terá seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento;
- (D) poderá acumular o cargo efetivo com o mandato eletivo, desde que haja compatibilidade de horários, devendo escolher apenas a remuneração de um dos cargos;
- (E) será afastado do cargo efetivo, independentemente de haver compatibilidade de horário, e terá necessariamente que receber a remuneração do cargo eletivo.

64

Aderbal, idoso de 70 anos, iniciou o embarque em ônibus de sociedade empresária concessionária do serviço público de transporte coletivo municipal. Apressado por conta do horário em que deveria chegar ao ponto final, o motorista do coletivo acelerou o ônibus sem atentar para o passageiro idoso que nele ainda não concluíra o embarque, causando a queda e a consequente invalidez de Aderbal. No caso em tela, aplica-se a responsabilidade civil:

- (A) subjetiva da concessionária, que deverá indenizar a vítima, independentemente de comprovação do dolo ou culpa do motorista;
- (B) subjetiva e solidária do Município, que, na qualidade de poder concedente, elegeu mal a empresa contratada;
- (C) subjetiva do Município, que deverá indenizar a vítima, independentemente de comprovação do dolo ou culpa do motorista;
- (D) objetiva da concessionária, que deverá indenizar a vítima, independentemente de comprovação do dolo ou culpa do motorista;
- (E) objetiva e direta do motorista, que deverá indenizar a vítima, desde que haja comprovação de que agiu com dolo ou culpa.

65

Em tema de direitos e garantias fundamentais, a Constituição da República de 1988 estabelece que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou:

- (A) desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial, tudo apenas durante o dia;
- (B) desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial, tudo em qualquer horário;
- (C) desastre, ou para prestar socorro, em qualquer horário, ou por determinação judicial, durante o dia;
- (D) por determinação judicial, em qualquer horário, ou em caso de desastre, ou para prestar socorro, durante o dia;
- (E) desastre, ou para prestar socorro, ou por determinação judicial, administrativa ou legislativa, em qualquer horário.

66

De acordo com o Art. 103-A, da Constituição da República de 1988, do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula vinculante aplicável ao caso concreto ou que indevidamente a aplicar, caberá, diretamente ao Supremo Tribunal Federal:

- (A) recurso extraordinário;
- (B) recurso especial;
- (C) representação;
- (D) reclamação;
- (E) correição parcial.

67

Em matéria de repartição de competências não legislativas (administrativas ou materiais) no plano federativo, a Constituição da República de 1988 estabelece que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- (A) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;
- (B) organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local;
- (C) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações;
- (D) autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico e seus acessórios;
- (E) explorar, diretamente ou mediante delegação, os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.

68

Aos magistrados foram impostas algumas vedações que consistem em impedimentos constitucionais que visam a dar-lhes melhores condições de imparcialidade, representando, assim, uma garantia para os litigantes em geral. Nesse contexto, consoante dispõe a Constituição da República de 1988, é vedado aos juízes:

- (A) exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério;
- (B) dedicar-se à atividade político-partidária, exceto como candidato a cargo eletivo;
- (C) acumular, no mesmo mês, função eleitoral com função judicante estadual;
- (D) exercer, em qualquer hipótese, advocacia após aposentadoria;
- (E) figurar como sócio acionista em sociedade empresária.

69

João desejava obter conhecimento de informações relativas à sua pessoa, consistentes em notas (não certidão) acerca de sua escala de trabalho de finais de semana e feriados dos últimos 5 anos, constantes de registros ou bancos de dados da autarquia municipal Transalvador - Superintendência de Trânsito e Transporte de Salvador. Assim sendo, protocolou requerimento que, contudo, foi indeferido pelo gerente da autarquia. No caso em tela, em tema de direitos e garantias fundamentais em favor de João, o Art. 5º, da Constituição da República prevê a impetração do remédio constitucional:

- (A) do mandado de segurança coletivo;
- (B) do *habeas corpus*;
- (C) do *habeas data*;
- (D) da ação popular;
- (E) da ação civil pública.

70

Em relação às funções essenciais à justiça, a Constituição da República de 1988 dispõe que:

- (A) à Advocacia-Geral da União incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- (B) a Defensoria Pública é responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo, na defesa de seus interesses, nas esferas federal e estadual;
- (C) é função institucional da Defensoria Pública exercer o controle externo da atividade policial e defender judicialmente os direitos dos indigenas;
- (D) ao Ministério Público incumbe a orientação jurídica e a defesa, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais, de forma gratuita, aos necessitados e hipossuficientes;
- (E) são garantias dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de subsídio.

Redação

Cabe, portanto, ao administrador, assumir o papel de estrategista, planejador e tomador de decisões, seja como pivô das decisões ou como alimentador do processo decisório, em organizações públicas ou privadas, bem como se relacionar o máximo possível com as demais profissões a fim de conseguir aumentar seu arquivo de informações, auxiliar as demais profissões e, sobretudo, ser humilde em aceitar que não é o detentor da verdade e das soluções corretas, mas que ele é necessário às outras profissões, assim como as demais são necessárias à Administração.

Essas são palavras de um administrador; seu tema central é o da multidisciplinaridade, enfatizando a necessidade de um sistema aberto, em que a relação com as demais profissões se torne muito importante. Redija um texto de no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, em linguagem culta, em que você expresse suas opiniões a respeito desse tema.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Realização

 **FGV PROJETOS**